



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1751/12	DATA: 06/12/2012
INÍCIO: 16h37min	TÉRMINO: 17h22min	DURAÇÃO: 00h45min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h45min	PÁGINAS: 19	QUARTOS: 10

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ZAQUEU TEIXEIRA – Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.
TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Presidente da Fundação para Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro — FIA.
FABIANE GIL - Coordenadora de Humanização da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.
FELISBELA ANTÔNIA DA COSTA - Coordenadora da Saúde da Criança do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Audiência com membros do Governo do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema da CPI.

OBSERVAÇÕES

O início da reunião não foi gravado.
Audiência no gabinete do Governador do Estado do Rio de Janeiro.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - *(Início não gravado)* ... audiência no Governo do Estado, e vamos conversar com a Coordenadora de Humanização da Secretaria de Saúde do Estado e Assessora Parlamentar Fabiane Gil; a Teresa Cristina Consentino, que é Presidente da Fundação para a Infância e Adolescência; o Deputado Zaqueu Teixeira, Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Eu vou fazer a pergunta para a Teresa e para o Deputado Zaqueu, para o Secretário.

Foi feito um pacto de assistência social em abril de 2011. Então, ali funcionava o PETI, o serviço de enfrentamento à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes e serviços de acompanhamento para adolescentes em medidas socioeducativas. Nós queremos saber se esses projetos ainda estão vigentes, quais as dificuldades que vocês encontram no enfrentamento da prostituição infantojuvenil no Estado do Rio e quais seriam as sugestões que vocês poderiam dar para esta CPI.

O SR. ZAQUEU TEIXEIRA - Sou o Deputado Zaqueu, Secretário de Assistência.

Eu quero reafirmar a política do Governo do Estado em estar cumprindo o pacto do Sistema Único da Assistência Social, em que foram descentralizadas as ações do Estado, fundo a fundo, as Prefeituras recebem os recursos da assistência, para que possa dar conta da rede de proteção e assistência social, e aquilo que é de responsabilidade da Prefeitura, o Estado está fazendo a sua parte no repasse dos recursos.

Nós temos a FIA, que é um órgão, que é umas das instituições que fazem parte administrativamente da Secretaria da Assistência, que tem por obrigação o cuidado com a criança e o adolescente. Vou passar para que a Presidente da FIA possa tratar desse tema, porque é um tema específico da criança e do adolescente, e um tema que é tratado e trabalhado pela FIA.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Sou Teresa Cristina Consentino, Presidente da Fundação para Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro que, como o Secretário falou, é uma fundação vinculada às CADHs, uma



fundação estadual, que tem por missão promover, garantir direitos de crianças e adolescentes.

A FIA trabalha, dentro do SUAS, no conceito de média e alta complexidade. Então, um de seus programas é exatamente a atenção à criança e ao adolescente vítima de maus-tratos e violência, entre elas a violência sexual.

A FIA trabalha com... Nós temos 7 núcleos, que nós chamamos de NACA, Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente, em 7 Municípios — Volta Redonda, Friburgo, Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Araruama e Duque de Caxias —, cada um deles atendendo em média 300 a 400 crianças, é a meta de atendimento. A FIA também participa do Conselho Estadual de Defesa — CEDCA, onde, tendo assento, também está discutindo o novo Plano de Enfrentamento à Exploração Sexual. A FIA também tem assento no Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, onde a SEAGH, a Secretaria que coordena esse Comitê, e a FIA tem assento nesse Comitê, onde estamos elaborando o novo plano de enfrentamento, que será também conjugado com o CEDCA, para ser aprovado, e não adianta se aprovar uma coisa de cima para baixo, isso tem que ser negociado, tem que ser conversado, as partes têm que ser ouvidas, para que a sociedade possa se apropriar desse conhecimento.

A Secretaria fez um convênio com o Disque Denúncia, qualificando os trabalhadores daquela instituição para receber denúncias em relação à violação de direitos humanos, entre eles a questão da infância e adolescência. Então, eu acho que a gente melhora e qualifica os serviços de escuta.

O Estado vem fazendo diversas campanhas, junto com o Governo Federal, de divulgação do Disque 100. O aumento do número de denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes tem aumentado enormemente — não é que os casos tenham aumentado, na verdade, as denúncias têm aumentado. É um assunto de extrema delicadeza, porque estamos falando, às vezes, de crianças de 4 anos de idade, 3 anos de idade. Uma criança de 3 anos de idade não vai à delegacia denunciar o abusador. Então, na verdade, eu acho que a gente tem que ir além desse trabalho, que é o que a FIA pretende fazer ao longo de 2013, que é uma campanha com a sociedade. Aquele vizinho que percebe, aquela tia que percebe, ela denunciar. E a denúncia ao Conselho Tutelar, temos que entender que não é



uma denúncia policial. O Conselho Tutelar não tem poder de polícia, mas tem o poder de ir à casa, visitar e saber se está tudo bem ou se tem alguma coisa errada com aquela família. Esperar que uma criança, até uma criança conseguir denunciar, às vezes, ela está sendo vitimizada há 3 anos, 4 anos, até que ela dê conta de fazer a própria denúncia. Há pouco tempo, saiu no jornal uma criança de 2 meses foi violentada pelo pai biológico. Então, a gente está atingindo níveis de idade que não se pode esperar a denúncia da própria criança.

Então, Deputado, eu acho que a gente tem que partir, e a FIA está com um projeto grande para o ano de 2013, só que a mídia não gosta desse assunto, a mídia não dá espaço para esse assunto, esse assunto é um assunto feio, esse assunto é um assunto que ninguém quer conversar, isso não acontece na minha casa, na minha família, na minha cidade, no meu bairro, no meu país.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Era igual à pedofilia: depois que pegou e virou moda, todo mundo quer falar.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - É muito complicado, porque, se a gente não fizer uma campanha onde, e a lei que infelizmente estão chamando de Lei da Palmada, porque eu acho que desqualifica a lei, é uma lei muito mais séria do que isso, é uma lei interessante — me desculpem as representantes da saúde —, mas a lei acaba responsabilizando os profissionais da saúde e da educação que, ao atenderem a criança, perceberem sinais claros, não fizerem a denúncia, eles serão corresponsáveis. E aí o pessoal, muito médico está pulando e dizendo: *“Isso não é responsabilidade minha.”* É, sim! Você não pode ter uma criança que cai da escada toda semana, gente! Ela vai lá, dá entrada, caiu da escada. Na outra semana, caiu da escada. Quando você vê, visivelmente são marcas de maus-tratos, de violência contra a criança. Quer dizer, o profissional de saúde tem que ser responsabilizado, sim, porque é na escola e no posto de saúde que essa criança vai dar entrada, não é?

Então, aquela lei tem que ser retomada, porque ela é muito séria, e ridicularizá-la, chamando de Lei da Palmada, reduzir a sua importância, e o questionamento: *“Ah, eu sou pai, não posso dar uma palmada no meu filho?”* Reduziram a lei a isso, quando a lei é muito mais ampla, é uma lei contra a violência contra a criança e adolescentes.



Então, Deputada, além de tudo que o Estado já faz, que eu acho que... Tem o PAIR, o Estado já fez a primeira rodada do PAIR, vai fazer a segunda rodada do PAIR agora no ano de 2013, através da FIA, em todas as cidades que tenham a ver com a Copa do Mundo no Estado do Rio, porque jogo mesmo só vai ter no Município do Rio de Janeiro, mas quem vem assistir ao jogo no Município do Rio não fica só no Rio, ele vai à Região Serrana, ele vai à Região dos Lagos. Então, a gente está pegando os Municípios que terão algum impacto da Copa do Mundo, ou de algum grande evento, que vai ser 2 anos depois das Olimpíadas, e vai trabalhar no PAIR nesses Municípios, com recursos da União em contrapartida do Estado.

Então, eu acho que o Estado já vem fazendo uma série de ações, que têm que ser fortalecidas, sim, mas o que eu proponho aqui, além de tudo o que a senhora já trouxe como sugestões, e eu apoio todas elas, é uma campanha para, menos a questão da Sala de Depoimento sem Dano. Eu queria um dia, um dia, não, 2 horas para te convencer. Você conversa comigo, e eu te convenço de que essa sala não é boa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - O CEDCA já se posicionou oficialmente contrário, o CRP já se posicionou contrário, o Conselho Regional de Assistência Social já se posicionou contrário, a FIA já se posicionou contrária, só que a gente não é ouvida, não é? Então... *(risos)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Por enquanto, é o único Estado que se posicionou contrário a essa medida, porque nos outros eles estão usando até como modelo a questão de ter dado muito certo no Rio Grande do Sul. E nós estamos com uma diligência para o Rio Grande do Sul, para conhecer melhor esse Depoimento sem Dano, essa sala especial, de que maneira eles trabalham, que está sendo modelo para o Brasil inteiro.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Liliam, eu estive numa...

O SR. ZAQUEU TEIXEIRA - As pessoas não percebem o dano que causam às crianças.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - ...é exatamente essa questão, Deputado. Eu consigo responsabilizar...



O SR. ZAQUEU TEIXEIRA - As pessoas não percebem o dano que causam às crianças. Isso só vai ser percebido mais adiante, porque você fica preso à formalidade de um depoimento para processar um pai, muitas das vezes um parente, e você está se esquecendo que você tem que proteger a criança. Ela está sendo vítima de novo.

Então, isso precisa, a Polícia Judiciária tem outros mecanismos de produção de prova. A criança não pode ser a responsável por produzir provas, para que você possa seguir um processo formal. Então, isso precisa ser muito bem definido. E eu acho correto o posicionamento aqui do nosso Estado, que é contra, porque está pensando na criança, como é que nós podemos aumentar a proteção da criança. E nós entendemos que isso não aumenta a proteção que você precisa fazer à criança.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Exatamente isso, Deputado. O projeto, Deputada, é muito eficiente para responsabilizar o culpado, mas não para proteger a criança. E o meu ponto de vista — eu já falei isso para o Judiciário —, eu entendo a sua angústia, Juiz, você quer concluir o seu processo, responsabilizar o agressor, mas você tem que entender o meu. Então, é muito delicado. Depois a gente conversa assim de forma mais demorada, mais alongada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Isso, que é a judicialização de todo esse processo. Aliás, quando se fala de direito de criança e adolescente, a gente fala de judicialização. O Ministério Público vem contentar... O senhor tem psicólogo no Ministério Público, o senhor tem assistente social no Ministério Público. Agora, eles atendem. O Ministério Público tem tudo. Eles têm contadores. Recebi há pouco tempo uma equipe para falar comigo sobre prestação de contas, e eles refazem o trabalho do Tribunal de Contas do Estado. Olha só, se o criminal já aprovou, está aprovado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas do jeito que está, onde crianças estão sendo ouvidas em delegacias, onde não há uma preparação para se ouvir crianças, e nem de policiais preparados, foi isso que a Polícia, tanto a Civil, como a Polícia Federal, a Polícia Militar, as polícias, em si, falaram para a gente, é mais complicado. Isso aí não seria uma forma de amenizar, dependendo de como é



feito, de como... A psicóloga está aqui do lado e ela pode falar melhor de como é conduzido esse depoimento dessa criança.

Por exemplo, nós estivemos em Recife, e lá o Juiz Luiz da Rocha tem uma sala toda especial com escuta, com tudo, com vídeo, aquela coisa bem bacana, com uma limpeza, com brinquedos. Deixa a criança à vontade. Aí a psicóloga é preparada, passa por uma preparação, todos eles que cuidam de crianças. Seria até bom que vocês pudessem conhecer o trabalho do Luiz da Rocha, que é um ótima pessoa.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Eu conheço. Conheço o de Recife, conheço o do Sul e continuo contra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Porque do jeito que está aqui no Rio não pode continuar.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Claro que não. Mas a questão é esta, Deputada. A opção não é ou esse modelo ou o terror. Nós temos... Exatamente, hoje no Brasil, o NACA, para mim, é uma alternativa a esse modelo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu quero conhecer o NACA.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - O NACA faz exatamente esse trabalho. E é o parecer do NACA que vai para a mão do juiz para ser peça do processo judicial contra o agressor. O juiz utiliza o psicólogo do núcleo, do NACA. Então, a gente tem uma alternativa para as salas de...

Eu fui a uma audiência na EMERJ em que eu disse o seguinte para as pessoas que estavam na mesa: *“Se o meu filho passasse por isso, nessa sala ele não entraria. Se não serve para o meu filho, não serve para nenhuma criança. Meu filho não entraria.”*

O SR. ZAQUEU TEIXEIRA - Não é o Poder Judiciário. Há diversos meios de prova para que você possa condenar alguém. Utilizar uma criança, que já está sendo violentada, para produzir esse meio de prova, através da criança diretamente, isso é um absurdo.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - E prova contra o pai dela, na maioria das vezes. É cruel, é cruel.

O SR. ZAQUEU TEIXEIRA - Você tem diversos outros mecanismos para provar. Você tem diversos outros mecanismos para provar que aquela criança foi



vitimada e como foi vitimada sem ela ser o centro de atenção de ficar prestando depoimento, de ficar falando e rememorizando aquilo na hora em que a pessoa quer ouvir.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Na hora em que a pessoa quer ouvir, a pergunta que a pessoa quer ouvir.

Acho que a maioria das pessoas aqui, se não são pais ou mães, já têm idade para ter lidado com crianças. O que uma criança quer fazer, psicóloga Fabiane? Ela quer confirmar a sua expectativa em relação a ela. Quando você fala para uma criança *“que bonita que você está”*, a criança se apruma; *“toma banho para ficar cheirosa para mamãe”*, ela sai do banho, vem correndo e você dá um cheiro nela — depois, que é crescido, é o contrário: é tudo para negar o que o pai quer. Então, você chegar para a criança de 4 anos, Deputada, e perguntar para ela como foi o abuso que ela sofreu... Ela não sabe o que é sexo.

A SRA. FABIANE GIL - É. Ela não tem conhecimento.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Ela não tem. Esse código que está na sua cabeça, que está na minha, ela não tem. O que acontece com as perguntas? Elas vão induzindo a criança. *“Então, ele botou a mão em você?”* A criança fala *“Botou”*. Noventa por cento das repostas da criança é sim. Ela tem 4 anos, ela tem 5 anos de idade. Qual é a maturidade que ela tem para responder a essas perguntas, para entender o que aconteceu? É cruel fazer qualquer pergunta para a criança.

A SRA. FABIANE GIL - E há todo um conflito, porque ela gosta desses pais, não é?

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Exatamente, ela ama os pais.

A SRA. FABIANE GIL - Muitas vezes, a maior parte das vezes, é o pai, o padrasto; é a convivência.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Oitenta por cento, Fabiane, é o pai biológico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Elas se intimidam, não é?

A SRA. FABIANE GIL - Então, a criança, e tem uma síndrome que se instala numa criança que é abusada que é uma síndrome de silêncio. Então, a gente tem



que tratar isso e, não utilizar, porque para ela é conflituoso inclusive falar sobre isso. Então, tem que ser tratado isso. E não com perguntas que vão induzindo de certa forma.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Especialmente, os menores. Especialmente, os pequenininhos. Porque uma menina de 16, 17 anos — não estou dizendo que o abuso contra ela não é abuso, é um abuso e uma violência igual —, só que a menina de 16, 17 anos tem todos os códigos para entender o que aquele adulto fez com ela e, portanto, para responder. Eu já vi depoimento com menino de 4 anos, Deputada. É muito cruel. E foi o que o Zaqueu falou, o Poder Judiciário tem que ter outros caminhos de fazer as provas. Tem que ter. Porque, quando ela morre, a Joana morreu, ela não vai depor contra o pai dela, e conseguiram condenar o pai. A Nardoni faleceu, e o pai dela está preso. Não precisou do depoimento dessas duas meninas para os pais serem responsabilizados. O Judiciário tem que ter outro caminho, não pode ser a criança.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eles estão muito preocupados com essa questão. Conversamos ontem, eles estão muito preocupados com essa questão do depoimento sem dano. O que eles acham é que não pode revitimizar essa criança novamente.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Pois é, mas isso é uma falácia. Porque essa criança, para ela chegar ao juiz, ela já passou na delegacia, já passou no IML, já passou no Conselho Tutelar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É isso que eles não querem.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Mas já passou. Ela já foi a todos os lugares, o juiz é a última etapa, de qualquer maneira. O que o juiz quer ali...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas há duas etapas. Teria que ser feito isto: em primeiro lugar, onde ela foi tratada; não o Conselho Tutelar para ouvi-la e, sim, a Delegacia da Criança e Adolescência, onde estivessem ali pessoas preparadas para ouvir essa criança ou, de repente, se existissem — eu quero conhecer, quero que você fale até dos NACAs —, ele funciona nessa questão, e houvessem também polos dentro do Município, nas áreas em que a demanda é



maior, para que essa criança só fosse ouvida uma vez, e depois que fosse passado aquilo, a psicóloga já passasse direto para o juiz.

Então, a criança não precisaria passar por essa triagem toda, fazendo isso. Porque a própria mãe, o próprio, o denunciante — pode ser o pai, a avó, o avô, seja quem for — ele também fica em cima da criança. Agora, “*Conta pra mamãe, conta aquele negócio que você contou para a mamãe, conta o que você contou para o papai*”, entendeu?

Eu conheci uma advogada, eu estava fazendo uma palestra, e ela chegou para me parabenizar e falou assim: “*Olha, eu fui estudar Direito para botar meu marido na cadeia, porque ele abusou do meu filho de 3 anos de idade*”. E o filho dela estava com 11, do lado dela. Essa criança está ouvindo isso — ele tinha 3, estava com 11 —, há quantos anos essa criança vem ouvindo que a mãe estudou Direito para botar o filho na cadeia, para botar o pai dela na cadeia? E aí, em vez de fazer esquecer que aquilo aconteceu, a criança, com 3 anos de idade, depois, até apaga da mente aquele abuso, fica, às vezes, no subconsciente, mas aquilo não vem à tona.

A mãe, repetindo aquilo, seguidamente, todos os anos, aquilo, conseguiu colocar o pai na cadeia, mas o dano que ela casou a esse menino, durante esses anos todos, por uma vingança, que ela, com todo o direito...

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Não era uma vingança, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Com todo o direito. Não, mas uma vingança.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Não era uma vingança.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, mas com todo o direito de colocar esse...

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Uma vingança se ela contratasse alguém para abusar dele.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, mas uma vingança assim, que eu digo, no sentido de “*Fez com meu filho, vai pagar*”, de justiça.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - De justiça.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - De justiça. Ela não estava errada, mas a maneira como ela conduziu, naquele afã de ela querer resolver as coisas, de sentir afrontada a dignidade do filho, o filho, ouvindo aquilo tudo, ele indo para a escola, sabendo que foi abusado. A cabeça dessa criança, como é que está? A gente também tem que trabalhar na questão dos pais.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - É isso que o NACA faz.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - A preparação dos pais. Porque o pai e a mãe não (*falha na gravação*), e a criança vai acabando, às vezes, nem acontece aquele abuso. Eu já cansei de ver isso também.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Falsa denúncia.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Muita.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Faz com que a criança fique repetindo coisas que não tem que repetir até ela acreditar naquilo para poder botar, incriminar aquele pai, aquele padrasto.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Eu estava recordando que a gente não deve ouvir as crianças numa sala em um único depoimento, tem que ser um processo. Porque, senão, pode acontecer exatamente isto, as faltas denúncias.

A SRA. FABIANE GIL - Eu queria comentar sobre os hospitais, a gente tem visto muitos casos. Eu vou ficar mais atrelada a isso, às portas das emergências dos hospitais, que têm chegado muitos casos, não são poucos os casos.

Recentemente, num final de semana, chegaram três casos ao mesmo hospital: um, que o vizinho chamou o bombeiro, porque viu a criança gritando, a criança de 2 anos, um menino, e essa criança foi para o hospital, com várias lesões, a mãe queimou toda a parte da genitália da criança, para tentar omitir. Isso foi numa sexta. No mesmo final de semana, no sábado, chegou uma menina de 2 anos — essa tinha quase 2 anos — que não eram próximos, que não moravam perto, quer dizer, moravam na mesma região, mas não eram conhecidos. A menina chegou já em choque, porque também tinha sido abusada, e a mesma coisa: a mãe também tentou omitir queimando a criança, colocando água quente, para não mostrar, e aí



essa criança foi a óbito, não teve jeito. E uma criança, um bebê, com menos de 1 mês, que foi encontrado num matagal também com sinais de violência. Então, no mesmo hospital, no Rocha Faria, chegaram três casos. E isso mobiliza muito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós temos...

A SRA. FABIANE GIL - Essa região é muito complicada. E também muitos casos chegam às UPAs, de violência, coisas tão absurdas, crianças tão pequenas que acabam indo a óbito. Eu lembro outro em Nova Iguaçu, uma criança de 5 meses.

Então, de fato, a gente tem tido também uma sensibilidade bastante grande para essas portas de emergências hospitalares que precisam estar mais capacitadas. Então, a gente está reforçando isso junto a toda a Secretaria, a área de criança, de violência, de humanização, área hospitalar, todas essas, reforçando o acolhimento e criando um fluxo para quando chegar uma criança que sofreu violência, né, aí não é só pela exploração, mas a violência que chega dentro da nossa unidade, para ela ser acompanhada por um grupo, algum grupo sentinela, dentro do hospital, com um fluxo muito bem estabelecido, porque não mobiliza muito a equipe também. E é difícil, porque essas crianças acabam ficando um tempo maior no hospital, uma internação maior no hospital, porque, justamente, até ir para um abrigo, porque geralmente o Conselho Tutelar consegue retirar temporariamente a guarda desses pais, que praticamente sempre estão envolvidos nesses casos.

Então, a gente tem reforçado isso. Por isso, se sentiu a necessidade de ter um local que pudesse ser referência no Município do Rio. Esse hospital deve iniciar antes desse projeto, porque é um projeto que precisa ser muito bem referenciado. É um hospital estadual, que vai ter uma área de violência. Nós temos hoje já o S.O.S. Mulher, que é na Baixada Fluminense, que é para casos de violência à mulher, mas há um cuidado diferente para a criança. Então, esse hospital deve ter um espaço para ser referência de toda a Região Metropolitana para esses casos de acompanhamento, uma equipe bem especializada na área de saúde, para que possa ser encaminhado e ser acompanhado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso é uma boa notícia. É disso que o Rio de Janeiro está precisando e deveria também se estender para a Baixada, porque nós sabemos que a maioria dos casos de violência contra a criança, de



abuso, violência contra a criança, maus-tratos, acontecem e a mãe só dá entrada — ou o familiar — à noite, de madrugada. E, às vezes, não há aquela triagem.

Eu mesma fui chamada várias vezes em alguns hospitais. Uma mãe queimou a vagina da menina aos 6 anos de idade, com uma colher quente. Esquentou no fogo e colocou. Foi horrível. O outro, o pai abusou dessa menina sexualmente, 8 anos de idade, e ela estava comparativamente em cárcere privado, porque não ia para a escola, não ia para lugar nenhum, sendo abusada sexualmente.

Eu estive nesses hospitais de madrugada e também estive numa ala pediátrica, em que cinco crianças tinham caído da laje. Aí eu falei: *“Meninos, vocês são levados, hem? Que laje era essa? Que absurdo e tal.”* Mas era a história das crianças. Não era... Eu pensei que era uma laje só e que eles estavam brincando e caiu todo mundo, se machucou, foi um acidente. Não: cada um tinha caído da laje da sua casa em horários diferentes, em dias alternados. Então, o que a gente vê é que os pais ficam falando: *“Olhe, você caiu da laje. Se perguntarem por que você tem um braço quebrado ou uma perna quebrada, você caiu da laje”*. E por isso há necessidade dessa triagem nos hospitais, porque os médicos...

A SRA. FABIANE GIL - Deputada, a gente tem chamado de acolhimento, porque a triagem exclui, e o acolhimento acolhe e, depois, classifica. Então, a gente tem tolhido até o nome de “triagem”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, tá. Esse acolhimento a essa criança vítima dessa violência, e o que acontece? Os médicos não fazem esse relatório e não enviam para as autoridades. Quem me chamou, foi assim: porque eu tenho em cada hospital uma enfermeira amiga. Quando chegam uns casos desses, me avisam: *“Olha, aconteceu uma criança assim”*. E esses casos não tinham sido notificados. Eu tive que entrar com o Conselho Tutelar. Quem me deu ajuda foi o CEDEDICA. Rapidamente, no caso dessa menina, para tirar a guarda dessa mãe e passar para os avós, porque nem o pai tinha condições de ter a guarda dessa menina, e o CEDEDICA atuou de maneira muito rápida e com respostas imediatas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Imagino isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. FABIANE GIL - Mas, então, o que a gente tem feito é uma...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - A gente está falando aqui o tempo todo — e a representante das Secretarias Estaduais de Saúde — do plano da saúde pública. Eu estou querendo lembrar que a classe média e a classe média alta não usam a saúde pública. Quando ela tem algum problema, ela vai na rede privada de saúde. Ela consulta o seu médico particular. Então, a lei que foi cunhada como “Lei da Palmada” não responsabiliza o serviço público de saúde. Ela responsabiliza o médico, o profissional que atendeu aquela criança, seja na rede pública, seja na rede privada de saúde, porque, senão fica parecendo que a questão da violência contra a criança e adolescente, especialmente a violência sexual, é um problema de renda. Se aumentarem a renda das pessoas, elas vão parar de abusar sexualmente das suas crianças. E não é verdade. O abuso não é problema de renda.

A SRA. FABIANE GIL - Por isso a importância da campanha.

A SRA. TERESA CRISTINA CONSENINO - Exatamente. Por isso a enorme importância da campanha.

A SRA. FABIAENE GIL - Mas dentro das nossas unidades, a gente tem feito um trabalho de recapacitar, sensibilizar, porque há subnotificação absurda. Então, mudaram os protocolos e aí tem desculpa de que o protocolo é diferente do que era antes, que é mais complicado. Para a gente hoje não importa. Foi feita uma reunião com os diretores das unidades que têm nossa... que estão sob gestão do Estado, e reforçando isso, envolvendo, para que não haja subnotificação, para que seja... tenha pessoas responsáveis por isso, por essa notificação dos casos, porque...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. FABIANE GIL - Pouca notificação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. FABIANE GIL - Poucos casos, porque mudou o protocolo... São milhares de desculpas, mas isso foi visto pela Secretaria, identificado pela Secretaria, e feito um trabalho... Aliás, tem sido permanente esse trabalho para envolver todos nessa questão de notificar e de melhor acolher, porque eu acho que a grande questão é que essa equipe que fica mobilizada... E ela precisa ser mobilizada para ficar mais atenta. Ela tem que ficar mais atenta.



Essa criança que eu comentei em Nova Iguaçu, que chegou, não tinha sido a primeira vez. Nós pedimos o prontuário dela. Não tinha sido a primeira vez que ela tinha chegado a esta unidade. Ela já tinha ido, em um outro momento, na unidade, procurar ajuda. E a segunda vez que ela veio, ela foi a óbito, ela chegou já chocada.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Só uma coisa: em relação à questão das campanhas, uma apresentadora famosa de televisão, todo mundo viu, Xuxa Meneghel, foi ao *Fantástico* e deu a declaração que chocou o Brasil inteiro. Disse que nem a família dela sabia que ela tinha sido abusada sexualmente quando criança. A Maria do Rosário, um mês depois, mais ou menos, eu estive com ela num evento. Ela disse que o aumento do número de denúncias no Disque 100 foi uma coisa assim que mais do que triplicou. E as meninas ligaram assim: *“Se ela pôde falar, eu também posso.”* Ela teve a coragem.

A SRA. FABIANE GIL - Só num dia, foram 200 mil ligações.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Eu falei isso para a Xuxa, agradei a ela: *“Olha, o que você fez em 15 minutos, a gente leva 5 anos de campanha para conseguir”*. Porque a figura que é, a empatia que ela tem com crianças e adolescentes, se ela vai num programa com o IBOPE que tem o *Fantástico* e diz que foi abusada e diz da dificuldade que é falar sobre isso, e diz como é importante as meninas falarem sobre isso, as ligações explodiram.

Então, Deputada, assim, muita campanha, muita campanha! Mais do que tudo, campanha para os profissionais de saúde, profissionais de educação, para as famílias, para essa mãe entender, essa mulher entender que ela é a primeira que tem que denunciar o seu companheiro. Em vez de queimar a criança, para disfarçar o que ele fez, ela tem que denunciar esse companheiro. Agora, isso, tem que ter uma Casa de Passagem, porque normalmente ele é o provedor. Se ele vai preso, quem é que mantém essa família. Então, tem que ter uma política pública de dar apoio e reforço a essa mulher, de acolher essa família. A família está doente. A doença não é só do homem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Liliam Sá) - Essa casa... Vamos ver se vocês podem fazer uma em âmbito estadual.

Está conosco a Felisbela Costa, conhecida como Belinha, Coordenadora da Saúde da Criança.



O SR. ZAQUEU TEIXEIRA - A questão, Deputada, é que essa é uma... No SUS é uma responsabilidade do município. O Estado tem que fomentar, mas a responsabilidade é do município, a Casa de Passagem.

A SRA. FELISBELA ANTÔNIA DA COSTA - O que eu queria acrescentar em relação até ao que a Fabiane já falou das ações da saúde. São duas questões importantes para que as nossas ações não sejam fragmentadas: uma é a intersetorialidade nos organismos que lutam e defendem a criança dos abusos praticados contra ela, no Conselho Estadual em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente — CEDCA, onde a gente tem assento, e que aí a FIA, a Secretaria de Assistência Social. Ou seja, é importante que a gente esteja fazendo isso junto. E estamos fazendo isso junto. Então, assim, a gente está com esse trabalho agregando forças, agregando saberes.

E outra é uma questão assim, culturalmente, que até você levantou, é a questão da Lei da Palmada. É importante que os nossos setores de educação e saúde trabalhem na formação desses profissionais, para despertar para a responsabilização de cada um. Então, assim, a gente, enquanto saúde, tem o dever de estar não capacitando, mas alertando os nossos profissionais da responsabilidade que eles têm. E aí eu acho que a gente agregar a Secretaria de Educação ou os responsáveis também pela educação para isso vai ser um grande ganho. E a gente já está caminhando nesse sentido.

Era isso que eu queria declarar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós já vamos encerrar. Só para encerrar, eu gostaria que — é porque ficou assim no ar — que a Teresa, por gentileza, falasse. Tem uma pergunta também: o Rodrigo quer saber como funciona esse serviço da escuta sem dano nos NACAs.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Na verdade, a gente não chama de depoimento sem dano.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - (*Início fora do microfone.*) Eu queria que... A senhora falou que existe a experiência do NACA, que é uma experiência que também serve de apoio aos judiciais, que é diferente do depoimento sem dano. Eu queria que a senhora dissesse mais ou menos como é esse atendimento psicossocial, como funciona, só para a gente ter uma noção, porque é um modelo. E



também, com certeza, a maioria dos casos que existem nos NACAs são de abuso sexual, porque a exploração é difícil ter uma demanda espontânea; tem que haver uma justificativa. Mas eu queria saber mais ou menos a proporção de abuso e exploração sexual nessa rede de atendimento que vocês têm, e, se a partir desse atendimento, vocês acabam recebendo informações de redes de exploração sexual, de como funcionam minimamente essa experiência dessas crianças, só para dar um pouquinho de formação para a gente saber como funciona aqui no Estado; e se vocês têm algum tipo de mapeamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado, se existe algum... Se o Estado faz algum tipo de acompanhamento nos municípios nesse sentido, para poder ter dados, enfim, mais abrangentes, em todo o Estado do Rio de Janeiro, na questão da exploração.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Rodrigo, uma coisa importante...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Rodrigo Salgueiro.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - ...que muita gente confunde e usa quase como igual, e você separou bem, exploração de violência sexual. São duas... Nem toda criança que é violentada vai passar para a antessala da exploração. Agora, toda criança que sofre exploração, certamente sofreu violência sexual, porque ela não está ali... Ao contrário do que alguns querem dizer, que é por opção própria, não é, porque ela não pode fazer esse tipo de opção ainda.

Então, os NACAs, como eles funcionam? O NACA tem duas preocupações: a primeira preocupação é o que a gente chama de diagnóstico psicossocial. Normalmente, é encaminhado pelo Poder Judiciário. Então, o Poder Judiciário entra lá com uma denúncia que o adulto tal teria cometido abuso sexual contra a criança "x". E o juiz precisa saber se houve ou não, para poder dar prosseguimento ao seu processo judicial.

Por que eu digo que o NACA é uma alternativa às salas de escuta? Eu costumo dizer, Liliam, que inquirir é ativo, escuta é passivo. Escutar, eu ficarei atenta, disponível, para você falar, no seu tempo, na sua possibilidade de me falar. E inquirir é uma situação ativa, onde eu quero saber e te pergunto. Eu posso inquirir de uma forma rude, eu posso inquirir de uma forma educada, mas continua sendo o meu desejo de ter uma resposta — é uma pergunta. Então, no NACA, a gente não



faz inquirição, no NACA a gente faz escuta. *“Ah, mas a criança pode falar do que ela quiser?”*. Não. Você é psicóloga, tem um jeitinho de psicóloga. Não? A psicóloga já saiu? É claro que um psicólogo sabe encaminhar a questão. Eu já fiz psicanálise sete anos e meio, ela sabia encaminhar direitinho. Para onde eu não queria ir ela ia me levando.

Então, os psicólogos têm a técnica, mas sempre respeitando o tempo da criança de falar. Eu já tive criança, Rodrigo, que levei um ano para fazer um diagnóstico psicossocial para entregar ao juiz. E o Judiciário em cima da gente: *“Assim não é possível!. Está demorando muito!”*. É o tempo desta criança. Ela tem um tempo para falar.

Agora, é muito importante, Rodrigo. Não adianta ela entregar isso, porque é a questão da sala. *“O.K., a criança já falou; eu consegui a minha peça aqui para responsabilizar o adulto. Tchau, criança! Legal, hein? Você foi bacana, ajudou titia, toma um pirulito que eu vou embora”*. Não! O NACA, além de ouvir essa criança no tempo dela, o NACA ouve a família toda. Quando o agressor é menor de idade, a gente ouve e cuida do agressor. Às vezes é um primo de 15 anos que está com equívoco na sua formação sexual. Não necessariamente um abusador, um criminoso, será um monstro quando crescer. Ele precisa ser ouvido, ele precisa também ser encaminhado e trabalhado. Essa família, essa mãe que está pressionando essa menina para não falar, porque é o provedor da casa que vai ser preso, essa mulher precisa ser trabalhada, ela entender que é a responsável pela garantia da filha dela e que ela pode ter alternativa de renda. Então, o NACA faz um trabalho, além do diagnóstico psicossocial. A gente faz esse trabalho todo com a criança vítima, com a família e às vezes até com agressor.

A gente já teve um caso, Deputada, de um homem, de nível superior, que entrou no NACA, já tentou suicídio duas vezes. Ele fala assim: *“Se vocês não me ajudarem, eu vou me matar agora de vez.”* Ele nunca abusou de uma criança, mas ele diz: *“A minha primeira ereção foi quando eu peguei a minha filha aos 6 meses no colo.”* Ele diz que entregou para mulher e foi para o quarto aos prantos. Ele diz: *“O meu corpo que reagiu. Eu não quero, eu não desejo, o meu corpo reage a crianças.”* E ele nunca tocou o dedo em uma criança. Nem todo pedófilo é abusador, nem todo abusador é um pedófilo. Ele nunca tocou numa criança. Mas ele diz: *“Eu ando com*



uma pasta, porque se eu estou num metrô, se eu estou em algum lugar, eu vejo uma criança eu me excito. E eu levo a pasta no colo.” Ele já tentou suicídio duas vezes. Ele falou: *“Eu vou me matar, eu não tenho alternativa. Eu sou um monstro, eu não tenho que viver neste mundo.”* Mas observem que ele nunca tocou o dedo em uma criança. Ele tem formação, ele tem princípios.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas tem fantasias.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Ele tem uma doença chamada pedofilia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É pedofilia.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Que é uma doença. A pedofilia é uma doença, o crime é o abuso. Ele não cometeu. E ele foi procurar ajuda. Então, não é o caso. O NACA não pode tratá-lo diretamente. O NACA é para atender criança. Mas a gente encaminhou ele para o serviço de saúde. A gente está fazendo essa ponte para ele. Eu não posso abandoná-lo porque teve a coragem de bater na minha porta.

Então, eu só acredito, Liliam, em cuidar dessa criança se eu cuido dela de forma integral e não apenas tirar dela a resposta que eu preciso ouvir para terminar uma peça judicial. É por isso que eu sou contra a sala de inquirição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Está certo, Teresa.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Está quase convencida. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Estou quase convencida. Eu vou conhecer o NACA, eu vou estar lá, quero ver...

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Pois é, o NACA do Rio de Janeiro é fácil de ir, porque ele é no Grajaú; é uma casa agradabilíssima; é fácil de ir. O NACA de Niterói também não é difícil de ir, caso vocês queiram conhecer mais do que um núcleo. Eu acho que são os dois mais próximos. Os outros são mais distantes, Araruama, Friburgo, são mais distantes. Mas o do Rio é no Grajaú, uma casinha linda, é outra coisa. A casa é linda, a mãe chega e é acolhida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É outro nível, não é?



Então, eu vou conhecer, porque foi citado aqui na CPI, apesar de que a CPI, amanhã, termina os seus trabalhos aqui no Estado do Rio de Janeiro. Mas, eu como Relatora da CPI, vou marcar com você, Teresa, para que eu possa levar o conhecimento dessa nova técnica de escuta para a CPI. De repente, pode mudar até a opinião da nossa Presidenta da CPI, Deputada Erika Kokay, porque ela bate muito nessa tecla da escuta sem dano.

Não tendo mais nada a tratar nesta audiência, quero agradecer ao Governador Sérgio Cabral, ao Vice-Governador Pezão, a Dra. Fabiane, que é Coordenadora de Humanização da Secretaria de Saúde do Estado e assessora parlamentar, a Teresa Cristina Consentino, que é Presidenta da Fundação para a Infância e Adolescência, o Deputado Zaqueu Teixeira, que é Secretário do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, a Felisbela Costa, que é a Coordenadora da Saúde da Criança do Estado do Rio de Janeiro, e também a contribuição do assessor parlamentar Rodrigo Salgueiro, do Deputado Jean Wyllys.

Agradeço a todos.

Está encerrada esta audiência.